

O antifascismo nas páginas da imprensa anarquista – *A Plebe e o Spartacus* (c.1919-c.1922)

Bruno Corrêa de Sá e Benevidesⁱ

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo o estudo do antifascismo internacional no espaço de tempo compreendido entre 1919 e 1922. A pesquisa dedica-se à fase inicial do fascismo e da imediata resistência antifascista que se propagou fora da Itália, particularmente no Brasil, onde residia grande número de italianos. Apesar de já existir trabalhos sobre o fascismo e o antifascismo no Brasil, esse período inicial ainda é muito pouco estudado, principalmente no que se refere à propagação e circulação de textos antifascistas de tendência anarquista nos jornais militantes e operários brasileiros. Para atingir esse objetivo buscou-se nos artigos escritos pelos antifascistas nos jornais *A Plebe e o Spartacus*, indícios de uma resistência ao fascismo. Em um segundo momento pretendeu-se levantar a compreensão acerca do fascismo através da ótica dos militantes anarquistas, buscando analisar como esse movimento político foi caracterizado e percebido.

Palavras-chave: Imprensa operária – Anarquismo – Antifascismo

Abstract: This study aims to scan the international anti-fascism in the space-time between the period of 1919-1922. The research is dedicated to the early stage of facism and immediated anti-facist resistance that has spread outside Italy, particulary in Brazil, where there were a lot of Italians. Although there are research projects on fascism and anti-fascism in Brazil this initial period regardind the spread and circulation of anti-fascism texts of anarchist trend in militants and Brazilian workers newspaper. Then, we sought evidence of resistance to fascism in the newspaper written by anti-fascism such as, A Peble and the Spartacus. In a second time it was intended to search for understanding of fascism through from the perspective of anarchist militants to analyzing how this political movement was characterized and understood.

Keywords: Workers press – Anarchism – Anti-fascism

Introdução

Enquanto que no Brasil¹, no início da década de 1920, praticamente não se tinha conhecimento sobre o fascismo, na Itália, sua terra natal, esse movimento ganhava cada vez mais corpo e solidez, sobretudo a partir de 1919.

Em *Terras Brasilis*, de certa forma até razoável, os primeiros focos de percepção sobre o fascismo, inclusive realizando os primeiros embates de resistência, ocorrem a partir da comunidade italiana instalada em São Paulo, já no início da década de 1920 (BERTONHA, 1999). Tal fato não pode ser encarado com maiores surpresas, uma vez que, por consequência lógica, no Brasil, seriam os italianos os possuidores de certo esclarecimento quanto ao fascismo por estarem, de todo modo, “antenados” com o que se passava na Itália.

As primeiras experiências antifascistas, portanto, circularam no seio da comunidade italiana no Brasil manifestando as primeiras atuações de resistência, a partir de movimentos de esquerdas pertencentes àquela comunidade, especialmente os socialistas e os anarquistas.

ⁱ Licenciado em História e Mestrando pelo Programa de pós-graduação em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-UNIRIO sob a orientação do Prof. Dr. Carlo Maurizio Romani.

Em um segundo momento, contudo, com o florescer do fascismo na Itália, a crítica ao movimento ampliou o seu espaço de atuação não se restringindo apenas aos italianos e à década de 1930, como sedimentou a historiografia nacional sobre o tema.

Neste sentido, a fim de perceber como essa crítica ao fascismo na Itália, já na década de 1920, passou a integrar os discursos de alguns segmentos do movimento anarquista emergentes no Brasil, optei por trabalhar com dois periódicos anarquistas editados no país, que receberam forte influência de militantes anarquistas nacionais e estrangeiros, sobretudo de origem italiana, que ali escreviam e assinavam artigos e colunas.

O ano de 1919, ponto inicial do recorte temporal, se explica em razão da emergência, na Itália, do movimento embrionário do fascismo denominado *fasci di combattimento*². Já o ano de 1922, marco final da baliza temporal desta pesquisa, está relacionado com a marcha de Mussolini sobre Roma³, que simbolizou de fato o fortalecimento do fascismo na Itália, semelhantemente aos passos de Caio Júlio César, em 49 a.c., ao também marchar sobre Roma, tomar o poder, pôr fim à República Romana e se autoproclamar o primeiro Imperador romano⁴.

Balanzo Historiográfico sobre o antifascismo no Brasil

No tocante ao estudo sobre o fascismo e a resistência antifascista no Brasil, é possível verificar uma vasta produção historiográfica que se divide em dois blocos: o primeiro bloco pertence aos historiadores que se dedicaram ao estudo do fascismo e do antifascismo no Brasil praticados por italianos residentes no país. Essas análises são centradas basicamente nas relações entre o fascismo e a comunidade italiana existente no país entre a fase inicial de emergência do fascismo e a da tomada de poder por Mussolini (1919/1926) (BERTONHA, 1999; SANTOS, 2001). Em decorrência da perseguição política na Itália (*fuoriusciti*, fugitivos em italiano), nos últimos anos da década de 1920, surgiu um antifascismo no Brasil, que também foi desenvolvido por italianos, onde o nome de Francesco Frola possui destaque (BERTONHA, 1999, p. 69-77; TRENTO, 1989; BIONDI, 2011).

O trabalho de João Fábio Bertonha (1999), *Sob a sombra de Mussolini: Os italianos de São Paulo e a luta contra o fascismo, 1919-1945*, por exemplo, inicia suas análises a partir da luta antifascista dos socialistas italianos em São Paulo na década de 1920. Em um segundo momento, amplia o estudo e passa analisar a atuação dos italianos antifascistas em São Paulo até o fim do Estado Novo.

O segundo bloco pertence à historiografia que se dedicou ao estudo de um antifascismo encetado por brasileiros, com ainda certa proximidade ao antifascismo italiano, e que se configurou em razão da conjuntura autoritária no Brasil a partir década de 1930 (CASTRO, 2001, 2002; SANTOS, 2009;).

O trabalho de Ricardo Figueiredo de Castro (1999), *Contra a guerra ou contra o fascismo? As esquerdas brasileiras e o antifascismo, 1933-1935*, buscou estudar a transição da luta antifascista no Brasil, até então, desempenhada por italianos, para o centro de discussão de diversos setores da esquerda brasileira em luta contra o fascismo. Essa clivagem ocorreu durante a década de 1930, em razão do surgimento da Ação Integralista Brasileira (AIB) em 1932 e da reação das esquerdas ao integralismo culminando na criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL).

De qualquer forma, a atuação dos italianos ao longo de todo o período de luta antifascista foi de suma importância para a construção de uma frente de luta no Brasil. De acordo com Figueiredo de Castro, a escolha do dia 11 de junho de 1934 para a formação de uma frente única antifascista, refere-se ao assassinato do deputado socialista italiano Giacomo Matteotti, ocorrido em 1924, como uma forma de homenagear os antifascistas italianos e de conferir legitimidade histórica e política à nova organização (CASTRO, 2002, p. 359-361).

Apesar da contribuição dos estudos sobre o antifascismo no Brasil em momentos distintos (1919-1930 e 1930-1945), especialmente em sua primeira fase, não é possível encontrar trabalhos que se dediquem a investigar a recepção do antifascismo italiano a partir dos movimentos sindicalistas e operários nacionais ligados às correntes do anarquismo⁵ e do sindicalismo revolucionário⁶ nos primeiros anos da década de 1920⁷⁸. Portanto, é a partir desta lacuna historiográfica que este trabalho foi desenvolvido.

Hipótese propriamente dita

Esta pesquisa buscou realizar um levantamento das fontes existentes no âmbito brasileiro sobre o tema do antifascismo italiano no país, utilizando alguns periódicos dos anos 1920, especialmente os brasileiros ligados às diferentes correntes do anarquismo do sindicalismo revolucionário nacional (*A Plebe*⁹ e *Spártacus*¹⁰). Nossa pretensão é investigar as posições de cada uma dessas tendências políticas em relação ao fascismo na Itália.

À historiografia dedicada ao antifascismo em sua primeira fase, portanto, faltou realizar um estudo sobre o tema a partir do movimento operário nacional, que nesse momento,

como mencionado, encontrava-se ligado às diferentes vertentes do anarquismo e do sindicalismo revolucionário (SAMIS, 2009; OLIVEIRA, 2009).

Já em um segundo momento, a partir da análise desses periódicos, também se buscou inferir qual a compreensão que esses militantes anarquistas passaram a ter acerca do conceito de fascismo italiano enquanto movimento político em ascensão na Europa.

A recepção do antifascismo por alguns periódicos pertencentes ao movimento operário anarquista de origem nacional, já a partir de 1919, tem relação direta com a influência exercida por notáveis personalidades de origem italiana sobre os militantes brasileiros. Além disso, alguns desses militantes italianos, ligados ao movimento operário, vão contribuir, inclusive, na edição de periódicos operários nacionais. Esse, como será analisado com maior rigor, foi o caso do jornal *A Plebe*, periódico anarquista fundado em São Paulo, em 1917, em que conseguiu reunir articulistas tanto do âmbito nacional quanto internacional.

Assim, cabe destacar a influência exercida por alguns proto-antifascistas italianos atuantes no Brasil até essa época como Antonio Piccarolo, Angelo Bandoni, Oreste Ristori, Francesco Cianci, Gigi Damiani, Giulio Soderi, entre outros (ver BERTONHA, 1999; ROMANI, 2002; BIONDI, 1994 e TOLEDO, 2004), que permaneceram longos anos no Brasil. Ao lado desses, acrescentam-se outros que tiveram rápida passagem pelo país, mas que continuaram mantendo relações com os seus conterrâneos que ainda permaneceram no Brasil, como Lélío Zeno, Enrico D'Avino, Silvio Fioravanti, Trento Tagliaferri, Antonio Trotta entre outros tantos.

A recepção do antifascismo pela imprensa operária brasileira, nos anos 1920, também se explica em razão da forte influência provocada pela circulação do jornal *Umanità Nova*, jornal antifascista editado na Itália, a partir de 1920, pelos italianos Errico Malatesta, Camillo Berneri, Antonio Cieri, entre outros. O próprio Gigi Damiani, após ser expulso do Brasil, em 1919, pelo governo republicano, se tornou um dos principais articulistas do jornal (BIONDI, 2011).

Assim, além de tomar conhecimento da presença de um antifascismo encetado por italianos e brasileiros a partir de dois periódicos anarquistas pertencente ao movimento operário nacional, as análises também possibilitaram, em um segundo momento, compreender que o conceito de fascismo noticiado nesses periódicos estava diretamente relacionado a um extremo nacionalismo, a uma forte militarização do Estado e uma intensa repressão policial aos movimentos de esquerdas. Mas isso será melhor aprofundado adiante.

Sem dúvida a questão merece destaque, uma vez que, entre 1919-1922, o fascismo passou a ser criticamente percebido pelos anarquistas numa fase em que ainda não havia se consolidado institucionalmente como política Estatal na Itália. A primazia dos anarquistas na luta contra o fascismo no Brasil merece, certamente, a devida atenção.

O Antifascismo em sua fase inicial (1919-1922)

De acordo com João Fábio Bertonha, por um período de mais de 20 anos, italianos pró e contra Mussolini se digladiaram pela conquista dos de seus conterrâneos residentes no Brasil, que desembarcaram no país em razão da intensa imigração de estrangeiros iniciada na segunda metade do século XIX (BERTONHA, 1997, p. 43). As análises historiográficas (BERTONHA, 2000 e 2008) têm demonstrado que a coletividade italiana em São Paulo, apesar de não ter aderido em massa aos organismos fascistas como os *fasci all'estero* e os *Dopolavoro*, apresentou uma simpatia pelo regime fascista e certa tendência em recusar a mensagem do antifascismo.

Ainda segundo João Fábio Bertonha, desde a fundação do Partido Fascista (e depois, com o governo fascista) procurou-se transmitir os seus ideais para seus concidadãos espalhados no exterior (1997, p. 44). Assim, foi implementado todo um esforço com o objetivo de manter acesa tanto a italianidade dos emigrados quanto (de inculcar) a ideologia fascista entre eles (BERTONHA, 1997, p. 44).

O fascismo se valeu de duas principais frentes para a sua propagação em meio à comunidade italiana. A primeira foi realizar uma penetração “direta nesta comunidade através da expansão da rede consular e da implantação, em São Paulo, de órgãos fascistas propriamente ditos: os *fasci all'estero*, os *Dopolavoro*, etc”, que seriam incumbidos de implantar seus instrumentos de propaganda e doutrinação no Brasil (BERTONHA, 1997, p. 44).

A segunda frente traduziu-se em esforço de “conquistar as mentes e as almas dos italianos residentes em São Paulo” (Op. Cit., p. 44). Nesse sentido, o consulado italiano

(...) foi agindo, no decorrer de todos os anos 20 e 30 e mais especialmente após a chegada em São Paulo do cônsul Serafino Mazzolini (dedicado propagandista do regime) em 1928, com a intenção de controlar os órgãos que davam vida à assim chamada “colônia italiana”. Escolas, jornais, associações (...), esses órgãos foram caindo um após o outro sobre o controle do fascismo, que os transformava em novos instrumentos para a difusão dos valores do regime (Op. Cit., p. 45).

Em suma, pode-se perceber que uma grande estrutura de propaganda foi organizada com o fim de difundir o fascismo em São Paulo.

Não obstante a esta realidade, desde o início da infiltração do fascismo em São Paulo, o movimento passou a enfrentar a oposição de homens que não concordavam com os atos do regime de Mussolini e que trouxeram esta luta de resistência para a região de São Paulo.

Nessa esteira, já em 1919, periódicos de esquerda que circulavam entre a comunidade italiana (como foi o caso do periódico anarquista *Alba Rossa*) começaram a publicar vários escritos contra o fascismo. Uma outra manifestação, de certa forma mais direcionada, de um antifascismo italiano em São Paulo foi a partir de fundação do jornal *La Difesa* (1923), sob a coordenação de um socialista reformista Antonio Piccarolo, que já residia no Brasil desde 1908 (BERTONHA, 1999, p. 56-57).

A pesar do campo de interesse desta pesquisa se limitar ao ano de 1922, julga-se válido, contudo, estender um pouco mais a discussão sobre o antifascismo feito por italianos no Brasil até a década de 1930. O jornal de Piccarolo, por sua vez, abrigou várias “correntes antifascistas (como os republicanos, os socialistas e os antifascistas ligados à *Lega Italiana dei Diritti dell’Uomo* – LIDU) no seu interior, o que levará a conflitos internos” (BERTONHA, 1997, p. 45). Em 1925, os antifascistas italianos em torno do *La Difesa* criam de fato a primeira instituição antifascista que foi denominada: Unione Democratica, sendo *La Difesa* seu órgão de imprensa oficial.

No início de 1926, por razões pessoais, Piccarolo abandonou a direção do jornal, ficando o periódico na responsabilidade do antifascista italiano Francesco Frola, recém chegado da Europa fugido em razão da perseguição dos fascistas.

Entre outras medidas, Frola abriu o jornal para outros antifascistas italianos “como os anarquistas Oreste Ristori, Angelo Bandoni e Alessandro Cerchiai; os comunistas Goffredo Rosini e Ertulio Esposito e muitos outros” (BERTONHA, 1997, p. 45). Essa medida de abertura, além de outros fatores, gerou um clima de disputa entre Frola e Piccarolo pelo *status* de representante brasileiro da *Concentrazione Antifascista* (uma união de partidos políticos italianos antifascistas, com sede em Paris) e pelo controle do *La Difesa*. Esse conflito foi vencido por Piccarolo em 1930, quando transferiu a direção do jornal para “Nicola Cilla e Mario Mariani, antifascistas recém chegados a São Paulo e que conduzirão, junto com Piccarolo, os destinos do *La Difesa* até seu fim em 1934” (Op. Cit., p. 46).

Basicamente esse foi o panorama de um (proto)antifascismo desenvolvido no Brasil entre os anos 1919 à 1926 a partir principalmente da comunidade italiana no país. Por outro

lado, seguindo uma das propostas deste artigo, ampliei as análises sobre o combate ao fascismo na Itália (entre 1919-1922) em relação a dois periódicos anarquistas editados no bojo do movimento operário nacional (*Spártacus* e *A Plebe*).

Em vista disso, o esforço aqui foi justamente retroceder até o ano de 1919 procurando a possível presença de um antifascismo nas páginas dos citados periódicos até o ano de 1922. Em um segundo momento, a investigação se direcionou para a compreensão do conceito de fascismo que passou a circular em seus anos iniciais.

Por um conceito de fascismo: características e nuances

De acordo com Edda Saccomani, é possível distinguir três usos ou significados principais do termo. O primeiro faz referência ao núcleo histórico original, constituído pelo Fascismo italiano em sua historicidade específica; o segundo uso do termo está ligado à dimensão internacional que o Fascismo alcançou, quando o nacional-socialismo se consolidou na Alemanha com tais características ideológicas, “que levou os contemporâneos a estabelecerem uma analogia essencial entre o Fascismo italiano e o que foi chamado de Fascismo alemão”; finalmente, o terceiro estende o termo a todos os movimentos ou regimes que compartilham com aquele que foi definido como *Fascismo histórico* (2000, p. 466).

Ainda de acordo com a autora no dicionário político editado por Norberto Bobbio:

Em geral, se entende por Fascismo um sistema autoritário de dominação que é caracterizado: pela monopolização da representação política por parte de um partido único de massa, hierarquicamente organizado; por uma ideologia fundada no culto do chefe, na exaltação da coletividade nacional, no desprezo dos valores do individualismo liberal e no ideal da colaboração de classes, em oposição frontal ao socialismo e ao comunismo, dentro de um sistema de tipo corporativo; por objetivos de expansão imperialista, a alcançar em nome da luta das nações pobres contra as potências plutocráticas; pela mobilização das massas e pelo seu enquadramento em organizações tendentes a uma socialização política planejada, funcional ao regime; pelo aniquilamento das oposições, mediante o uso da violência e do terror; por um aparelho de propaganda baseado no controle das informações e dos meios de comunicação de massa; por um crescente dirigismo estatal no âmbito de uma economia que continua a ser, fundamentalmente, de tipo privado; pela tentativa de integrar nas estruturas de controle do partido ou do Estado, de acordo com uma lógica totalitária, a totalidade das relações econômicas, sociais, políticas e culturais (2000, p. 466).

Já Hannah Arendt não trouxe uma definição direta sobre o fascismo. Na verdade, enquadra o fascismo como uma das pioneiras vertentes do totalitarismo. Em síntese, por totalitarismo, entende ser uma ideologia oficial tendente a cobrir todo o âmbito da existência humana e à qual se supõe aderirem todos, pelo menos passivamente; um partido de massa

único, tipicamente conduzido por um só homem (2013, p. 355); um sistema de controle policial baseado no terror (2013, p. 469); o monopólio quase completo dos meios de comunicação de massa; o monopólio quase completo do aparelho bélico; e, enfim, o controle centralizado da economia. O alvo é o de conseguir o controle total de toda a organização social, a serviço de um movimento ideologicamente caracterizado (2013, p. 488 e ss). As condições essenciais para a sua aparição se baseiam em um regime de democracia de massa e o poder de dispor de um aparelho tecnológico como o que só a moderna sociedade industrial pode oferecer (2013, p. 355 e ss). Portanto, são esses os elementos que serviram de norte teórico durante a análise das fontes quanto à definição do termo fascismo¹¹.

As primeiras notícias que emergem a partir da primeira metade de 1919 sobre a conjuntura política vivenciada na Itália revelam uma tensão, ou melhor, um confronto entre dois setores da sociedade italiana. Astrojildo Pereira, na edição do jornal *A Plebe*, de 26 de abril de 1919, relata o antagonismo vivenciado na Europa e especialmente na Itália agravado, sobretudo, em razão do fim da Primeira Guerra Mundial:

(...) Parece já fora de dúvida o fracasso completo da liga dita das Nações. Os estadistas da burguesia estão definitivamente desorientados e vão perdendo até o próprio instinto de conservação, teimosos, cada qual aferrado ao seu imperialismo particular e às suas ambições nacionalistas.

(...) Na Itália, já se entrecrocaram as forças da revolução e as forças da reação, em sangrentos conflitos prenunciadores da borrasca final (...) (Ano II, n. 10, p. 1).

As forças da revolução, no entender do articulista, seria a soma dos movimentos pertencentes às esquerdas na Itália que possuíam um viés mais revolucionário (à exceção, portanto, do PSI). Por sua vez, este movimento vinha sofrendo forte resistência em razão das “forças de reação”. O que se poderia entender por “forças de reação”? A resposta pode ser encontrada em outra edição do mesmo periódico, do mesmo ano, só que agora publicada no mês de junho, onde são denunciadas novas ações das ditas forças de reação contra as oficinas do *Avanti!* (Jornal pertencente ao PSI, como já explicado anteriormente):

Ao nos ocuparmos do ataque às oficinas do Avanti!, de Milão, levado a efeito pela horda nacionalista, dissemos que a burguesia italiana havia de pegar bem caro esse crime covarde praticado quando a redação do nosso valente confrade se achava entregue unicamente a duas pessoas.

De que não exageremos ao fazer essa asserção, nele demonstram notícias, embora escassas e mutiladas, que o telégrafo tem fornecido nestes últimos dias sobre a situação da península itálica, onde se estão desenrolando acontecimentos prenunciadores de uma grande e próxima convulsão social. Imperialismo da Burguesia (A Plebe, Ano II, n. 17, p. 4. – sem grifo no original).

A horda (expressão efetiva das ‘forças de reação’), que segundo a notícia será responsável por uma convulsão social na Itália, está diretamente associada aos nacionalistas e à burguesia imperialista. A partir dessas premissas, em tom quase que profético, já é possível verificar quais eram os ideais que ecoavam na Itália já no ano de 1919. A própria formação dos *fasci di combattimento* por Mussolini, em 23 de março deste ano, estava mergulhado desse nacionalismo que ganhava cada vez mais força na Itália.

Ainda tendo o nacionalismo e o imperialismo como pauta, a partir de outubro de 1919, o periódico *Spártacus*, passou a conceder ênfase à questão diplomática que envolveu a Itália e a região de Fiume (antiga Iugoslávia). Cabe acompanhar a explicação do próprio articulista, Antonio Canellas, a respeito do impasse:

Está na ordem do dia a questão de Fiume. Todas as atenções estão voltadas para esse porto da Istria e para o gesto do poeta Gabrielle d’Annunzio.

Que vem a ser a questão de Fiume? Qual é, afinal, a razão deste conflito?

Convém que o operariado saiba destas coisas pra ver como se originam as guerras e como se trafica com a vida dos povos em favor de ambições partidárias e de loucuras medievais.

Há na Itália em partido denominado ‘ultra imperialista’ que quer para os italianos não só Trento e Trieste, que por direito lhes pertencem como também Fiume, a costa da Dalmácia, as ilhas do Adriático, o Albânia, grande parte da Ásia Menor e vários territórios da África, regiões habitadas, as primeiras, por iugoslavos, albaneses e gregos, povos que quere, viver independentes e que não se submeterão sem resistência ao jugo italiano.

A maioria dos territórios ambicionados pelos ultra-imperialistas italianos pertenciam antigamente à monarquia austro-húngara que por sua vez os havia arrebatado quer à Itália quer à Turquia. Os imperialistas italianos conduziram a guerra contra a Áustria no fito de, com a derrota dos austríacos, tornarem-se os sucessores destes no domínio daqueles territórios. Mas sucede que a derrota austríaca deu em resultado o desmembramento da Áustria em vários países independentes, sendo que aqueles sobre os quais estavam fixas as ambições italianas, precisamente para resistir a estas ambições, uniram-se à Sérvia, formando o reino dos sérvios, croatas e eslovenos, conhecido pelo nome de Iugoslávia. A Sérvia, que antes destes acontecimentos era um país que nem de longe se poderia medir com a Itália, tornou-se, após a adesão dos croatas e eslovenos à monarquia Karageorwitch, uma potência militar de forças equivalentes às do reino do Victor Manoel.

Os territórios ambicionados pelos imperialistas italianos no Adriático formam uma estreita tira de terra que separa a Iugoslávia desse mar (...) (*Spártacus*, 4 de Outubro de 1919 – Ano I, n. 10. p. 1).

Notícias sobre Fiume e o imperialismo italiano de D’Annunzio passaram a ser recorrente no periódico. No entanto, neste caso, o que de fato importa é o fortalecimento de um nacionalismo e do chamado ultra-imperialismo na Itália. O nome de Gabriele D’Annunzio também possuiu relevância, já que após a consolidação do fascismo ao poder, D’Annunzio manterá íntima relação com fascismo e com o próprio Mussolini (MILZA, 2011, p. 136).

Além disso, as ações nacionalistas e ultra-imperialistas perpetradas por D'Annunzio na Itália são alvos de críticas do periódico:

(...) Que faz, entretanto, o governo italiano nesse momento, de concerto com Gabrielle D'Annunzio? Nada mais nada menos que o provável desencadear de uma guerra entre a Itália e a Iugoslávia.

Mais uma vez o sangue proletário a correr em rios, exclusivamente para sustentar caprichos dos governantes, dos poderosos, dos potentados!

Aguardemos contudo os acontecimentos e tenhamos esperanças.

Incentivados pelo exemplo do proletariado russo, é de esperar que o proletariado d'Itália e o proletariado da Iugoslávia, num belo gesto de altivez e solidariedade, se deem fraternalmente as mãos por cima das fronteiras, expulsando dos respectivos territórios a casta de parasitas e sangue-sugas que os exploram e infelicitam.

Seria, não há dúvidas nenhuma, uma solução verdadeiramente modelar à questão de Fiume (*Spártacus*, Ano I, n. 10. p. 3).

Um outro assunto muito debatido pelo periódico carioca é expectativa de uma iminente revolução social na Itália. As notícias veiculadas, já a partir do mês de dezembro de 1919, trazem uma série de greves deflagradas em diversas regiões da península itálica e reforçam a esperança da marcha em prol da revolução social¹². Entretanto, conhecemos bem o final desta história. Apesar do florescer do movimento operário na Itália, foi o fascismo que ascendeu triunfante ao poder em 1922.

Esse declínio do movimento operário frente a cooptação e o endurecimento das forças insurgentes do fascismo foi debate no jornal *A Plebe*, na edição do dia 2 de abril 1921, na coluna intitulada de *Prega Reformista*, assinada por Agottani. Na ocasião, o articulista explicou que o esvaziamento do operariado estava relacionado com a diminuição das ações diretas (greves, boicote, etc) e em razão da atração dos discursos reformistas via sistema político:

(...) [ação direta] Eis o que faltou ao proletariado italiano que quando já de posse de todos os elementos garantidores da vitória, teve de retroceder, reinstituindo as fábricas e as oficinas de trabalho aos proprietários.

(...)

E se, porventura, tal fato se realizasse em algum país, outras nações não tardariam a vir de encontro a semelhante ação revolucionária, (...) como por exemplo na Itália.

Admira-nos que haja ainda quem acredite na virtude das organizações disciplinadas a estilo militar, dirigidas por chefes mistificadores que se servem de todas as armas para garantir o seu prestígio e o seu interesse, prometendo mentirosamente aos trabalhadores aquilo que jamais poderá ser realizado senão por obra dos próprios trabalhadores.

Basta um pouco de discernimento para que se possa perceber a velhacaria desse traficante de carne humana, que sob o falso pretexto do nacionalismo, tem fomentado as guerras, colaborando com todos os governos reacionários.

Eles pregaram o espírito de sacrifício, a resistência extrema, votaram os fundos necessários para a aquisição de instrumentos bélicos e, ainda, serviram de delatores

dos elementos que lhe são contrários, entregando-os à justiça burguesa (Ano V, n. 111.p. 2).

A coluna denuncia, por outro lado, a ascensão de organizações que defendiam um exacerbado nacionalismo com certa tendência militarista que estava cooptando os trabalhadores por meio de “líderes mistificadores”. Apesar de não mencionar explicitamente, refere-se, o colunista, bem sabemos, ao fascismo que à época desta edição (1921) já havia se constituído no Partido Nacional Fascista (PNF)¹³.

Além disso, cumpre ressaltar o tom de crítica e de advertência que a notícia possui ao alertar sobre a necessidade de discernimento por parte do operariado em não deixar se levar pelo discurso dos líderes ligados a esse movimento que se desenvolvia na Itália.

Ainda sobre a mesma coluna, a frase “chefes mistificadores que se servem de todas as armas para garantir o seu prestígio”, além de fazer referência ao uso massivo da propaganda política, típica dos Estados totalitários (ARENDETT, 2013, p. 390), alude indiretamente ao uso da força e da repressão com a finalidade de exercer o domínio e a soberania. Curiosamente, a edição de *A Plebe* de 9 de abril de 1921 faz uma crítica à repressão vivida no Brasil (perseguição aos anarquistas e aos estrangeiros¹⁴) e ainda por cima realiza uma aproximação entre as ações políticas do Estado brasileiro e as práticas autoritárias exercidas na Europa naquela ocasião¹⁵. O articulista chega a chamar os legisladores brasileiros de tiranos:

(...) assim é que a lei Adolfo Gordo, que a pouco prendeu a atenção dos Sr. Legisladores desta senzala-republicana, veio oportunamente demonstrar a argamassa com que estão constituídos os cérebros portentosos dos respectivos feitores, pois, nada mais oportunista do que fazer passar uma ‘lei-dique’ que servisse de barreira no transbordar do caudal revolucionário, num momento como este, quando positiva e praticamente se debruça na milenar página conservadora do molde sociais (...). Porém, não nos admiremos desse proceder dos tiranos das brasílicas terras (...). A sanção de leis opressoras em países da Europa e da América, cujos administradores sempre possuíram em mais alto grau os conhecimentos sociológicos, em comparação aos daqui e em épocas normais sempre produziram o efeito que a prática nos demonstra. Ao invés de reprimirem a onda rebelde, mais a robusteceram, canalizando-a mais homogênea, mais avantajada em proporções ao tonico beneficio dos decretos autocráticos (...) (*A Plebe*, 9 de Abril de 1921, Ano V, n. 112.p. 2).

Ora, se durante a década de 1920 a Europa viu emergir movimentos totalitários em diversos países, o que o articulista pretendeu foi indiretamente chamar as práticas de governabilidades “opressoras” em curso no Brasil de autoritárias e ditatoriais. De qualquer forma, certamente o discurso inflamado de militante falou mais alto. É necessário guardar as devidas proporções e lembrar que, apesar do crescente autoritarismo vivenciado no país a

partir dos anos 1920, neste momento ainda se vivia sob a tutela de uma República liberal (ao menos na teoria).

A edição de 16 de abril de 1921 do periódico *A Plebe* traz em suas páginas a coluna *O que se passa na Itália* assinada por J. Camargo. A publicação tem papel crucial para esta pesquisa. Após um trabalho de busca em diversas edições do jornal, foi nessa publicação em que pela primeira vez o fascismo apareceu nas páginas desse periódico. Não apenas uma aparição indireta com os seus elementos caracterizados, mas menção direta ao termo. A coluna inicia tratando sobre a prisão de Errico Malatesta. Em seguida critica o reformismo do PSI (Partido Socialista Italiano), e aproveita para mencionar o processo de reorganização do proletariado na Itália, apesar da reação dos fascistas:

(...) Mas, agora, na Itália, já o proletariado está alerta e não será logrado pela segunda vez, como aconteceu no passado movimento.

(...)

E apesar da formidável reação dos fascistas, que se compõem de elementos burgueses e toda a escória social por eles aliciada, o ideal revolucionário e comunista na Itália continuará firme, inabalável, sustentando formidáveis lutas contra as forças ancestrais que na atualidade representam tudo quanto houve de barbárie e de despotismo no passado.

(...)

As violências dos fascistas que assaltaram as sedes das associações proletárias, os trabalhadores tem respondido com armas, sem abdicar de seus direitos nem cessar a sua obra fecunda de propaganda comunista e resistência contra os inimigos da luz, da liberdade e justiça.

Assim é que a 12 do corrente se deu um formidável conflito entre fascistas e comunistas na Toscana, na Emília e na Sicília, de que resultou grande profusão de sangue, havendo numerosas vítimas entre as partes contendoras.

A burguesia italiana, sem ter defesa suficiente por parte das forças organizadas pelo governo, que lhe não inspirava grande confiança, precisou ela mesma organizar de per si, o partido 'fascista', não visando senão o aproveitamento de todos quantos na política e no exército lhe podiam ser úteis no momento periclitante de sua existência e reunindo a tais elementos de defesa a escória social composta de indivíduos considerados como espias e perigosos traidores nos meios proletários.

A velhacaria, a intriga, a calúnia, eis as armas de que os fascistas lançam mão constantemente a fim de ver se conseguem desmoralizar os comunistas e torna-los ridículos aos olhos do povo, mas, afinal, perdem o seu tempo, porque a verdade, como a luz, não poderá jamais ser suplantada pelas trevas.

E as lutas se sucedem, agora, sem intermitências, aqui e acolá. Sempre que os tais fascistas as provocam, havendo sempre quem responda aos seus insultos, quer nos comícios eleitorais, quer nas demonstrações de hostilidades, que não raro promovem.

Querem os 'fascistas' ganhar nas eleições, mas isso, afinal, nada significa de importante porque o povo, na atualidade, está decidido a agir diretamente, desprezando a intervenção dos socialistas legalitários que o tem vendidos como estão à burocracia burguesa. (*A Plebe*, Ano V, n. 113.p. 2).

O próprio redator se preocupou em definir quem eram os fascistas. Segundo ele, os fascistas eram pertencentes à burguesia e estariam preocupados em conter o avanço dos

comunistas ou de qualquer outra forma de organização por parte dos trabalhadores, mesmo que para isso eles tivessem que adotar medidas mais contundentes, como pegar em armas.

Novamente o fascismo aparece nas páginas da *Plebe*, exatamente na edição de 18 de junho de 1921. A coluna *Momento Internacional* veio trazendo um artigo traduzido de Jacques Mesnil sobre notícias a respeito da dissolução do parlamento pelo Primeiro-ministro Giovanni Giolitti e de ações dos fascistas contra algumas organizações sindicais demonstrando a como que agiam contra qualquer grupo organizado sob inspiração anarquista ou comunista:

Logo após a dissolução do parlamento italiano, em abril último, escreveu Jacques Mesnil, um excelente artigo sobre a crise política e social que agita aquele país. Jacques é um perfeito conhecedor das coisas italianas, e esse seu artigo, que traduzimos e publicamos a seguir, esclarece, resumidamente, mas com segurança e precisão, a verdadeira situação revolucionária da Itália.

(...)

Esse congresso [da CGT], composto sobretudo de funcionários sindicais, que se não reuniam há sete anos, deixou uma deplorável impressão de falta de visão: reunido em plena reação ‘fascista’, no momento em que os bandos armados incendiavam as câmaras do trabalho e tentavam aterrorizar os proletários organizados, esse congresso tinha uma aparência acadêmica e parecia estranho aos mais urgentes problemas do momento (...) (*A Plebe*, Ano V, n. 122, p. 3).

A última menção direta ao fascismo dentro do recorte temporal desta pesquisa foi encontrada na edição do dia 30 de julho de 1922. Na ocasião falou-se sobre as eleições parlamentares de 1919 e 1921 onde os socialistas tiveram vitória expressiva nas eleições municipais. Em reação a vitória dos socialistas, o então Primeiro-ministro italiano, Giovanni Giolitti, teria dissolvido a Câmara e aberto espaço para lançar os fascistas contra os socialistas italianos:

(...)

As eleições do após-guerra mostraram um tal progresso de votos socialistas – nas eleições municipais, um terço das municipalidades foi conquistado pelos socialistas – que ao capitalismo italiano apareceu como indispensável o emprego da violência contra a legalidade.

A burguesia italiana lançou os fascistas contra os trabalhadores italianos. E para que não houvesse erro possível, para que ficasse bem claro que era contra os resultados do sufrágio universal que ela se insurgia, o primeiro ataque levado a efeito pela burguesia foi contra a municipalidade de Bolonha, no dia mesmo em que os novos edis se instalavam, e a primeira vítima da insurreição burguesa era um ‘eleito do povo’, um conselheiro municipal do então eleitos.

Sob o regime do terror e de violências assim instaurado é que Giolitti, após dissolver a Câmara precedente, essa eleita em plena calma e em plena legalidade chama às urnas o povo italiano. (...) (p. 3).

Apesar da escassez de informações sobre o fascismo, foi possível perceber que este movimento passou a ser pauta de discussão em ambos os periódicos anarquistas pertencente ao movimento operário nacional. De forma mais explícita o termo apareceu, sobretudo, no jornal *A Plebe*; já no *Spartacus* foi necessário reunir os elementos, que segundo os teóricos, estariam atrelados às características do fascismo em seus anos iniciais. Além disso, todas as colunas que trataram do movimento versaram sobre: nacionalismo, imperialismo, militarismo. E o fizeram com a pretensão de noticiar e alertar de forma crítica o avanço desses ideais, fato que comprova a existência os primeiros focos de possível resistência ao fascismo já a partir de 1919, especialmente por meio de periódicos operários nacionais.

Se colocar os dois periódicos em uma linha comparativa, é possível perceber os que elementos caracterizadores do fascismo em seus anos iniciais são praticamente semelhantes em ambos os jornais. Seja como for, apesar do apoio que a elite industrial burguesa concedeu aos fascistas, não se pode olvidar que a classe média desempenhou um papel crucial no fortalecimento do movimento (HOBSBAWM, 2014, p. 119); talvez aqui fosse necessário, aos militantes anarquistas no Brasil, uma maior experiência e amadurecimento dos acerca da compreensão sobre o fascismo. Por lado, o próprio movimento na Itália ainda estava germinando entre os anos de 1919 e 1922. Somente com o decorrer dos anos é que seria possível ter uma completa noção sobre dos novos ventos totalitários que sopravam na Europa.

Conclusão

Os estudos sobre antifascismo no Brasil são marcados basicamente por duas tendências: a primeira considerou a luta de resistência ao fascismo, entre os anos de 1919 a 1930, a partir exclusivamente da comunidade italiana instalada no país; a segunda, contudo, analisou a presença de um antifascismo realizado por italianos e brasileiros, especialmente a partir do movimento operário nacional, entre os anos de 1930-1945.

Desta forma, durante os seus anos iniciais (1919-1926), pode-se perceber que não há estudos que se dediquem ao antifascismo a partir dos jornais pertencentes ao movimento operário nacional.

Neste sentido, a pesquisa voltou-se, em um primeiro momento, para o estudo sobre antifascismo entre os anos de 1919-1922, considerando dois periódicos anarquistas: *A Plebe* e o *Spartacus*.

Em um segundo momento, a pesquisa direcionou o seu interesse na definição e na compreensão desse (proto)fascismo que passou a ser criticado pela imprensa operária no Brasil. Desta forma, pretendeu-se analisar como os intérpretes anarquistas, em seus jornais, perceberam este movimento de origem italiana.

Após um apurado exame das fontes, foi possível encontrar diversas colunas que noticiaram sobre a emergência do fascismo na Itália, sempre acompanhadas de críticas ao movimento. Além disso, percebeu-se uma constante necessidade, por parte dos articulistas, em alertar o operariado sobre esses novos ventos que sopravam da Europa. Diante disso, restou evidente a existência de um (proto)antifascismo a partir, sobretudo, da imprensa anarquista nacional. Deve-se destacar, por outro lado, o pioneirismo dos anarquistas em perceber que algo de diferente estava para acontecer no velho mundo.

Por fim, as informações vindas da Itália contidas nos periódicos revelam que uma onda nacionalista, imperialista e militarizada fluiu com muita intensidade naquele país. A partir de um determinado momento, foram esses os elementos que os articulistas usaram para designar o fascismo ainda em seus anos iniciais. Outrossim, os três periódicos identificam, além dos elementos apresentados, o fascismo como um movimento exclusivamente ligado aos “capitalistas” e à “burguesia italiana”. Mas, apesar do apoio que essa classe conferiu aos fascistas e ao próprio Mussolini, a historiografia vem consolidando posicionamento no sentido de que os setores médios e as massas tiveram papel fundamental na concretização do fascismo.

Diante disso, a leitura dos periódicos permitiu perceber que o fascismo, na visão dos articulistas anarquistas, não se tratou de um movimento portador de uma definição fechada, posto que possibilitou uma ampliação dos seus elementos caracterizadores em relação à experiência italiana. Talvez a visão embaçada sobre o fascismo tivesse sido em decorrência da falta de uma exata compreensão acerca do movimento. Necessário seria, portanto, o desenrolar dos anos para que uma leitura mais acurada sobre o fascismo fosse feita pelos anarquistas no Brasil.

Finalmente, as análises das fontes também demonstraram que, de certa forma e a *grosso modo*, os dois periódicos caracterizaram o fascismo (ainda que indiretamente) de forma praticamente semelhante. Não foi possível, contudo, compreender o porquê dessa aproximação; sugere-se que havia uma troca de informações entre os militantes acerca do que se passava na Itália; fato que sempre foi comum entre os militantes, mas seria necessário um estudo mais aprofundado sobre a questão.

Referências

Periódicos utilizados

A Plebe. São Paulo, 1919-1922.

Spartacus. Rio de Janeiro. 1919-1920.

Bibliográficas

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo – anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. 1ª reimpressão.** Trad. Roberto Raposo. São Paulo, Companhia de Bolso, 2013.

BERTONHA, João Fábio. **Sob a sombra de Mussolini: Os italianos de São Paulo e a luta contra o fascismo, 1919-1945.** São Paulo: Annablume/FAPESP, 1999.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. **Contra a guerra ou contra o fascismo? As esquerdas brasileiras e o antifascismo, 1933-1935.** Tese (Doutorado em História), UFF. Niterói: 1999.
_____. **A Frente Única Antifascista (FUA) e o antifascismo no Brasil (1933-1934).** Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 354-388.

DE FELICE, Renzo. **Explicar o Fascismo.** Lisboa: Edições 70, 1978.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Edusp, 1995.

GENTILE, Emilio. **Fascismo. Storia e interpretazioni.** Bari: Laterza, 2002.

GRIMAL, Pierre. **História de Roma.** Editora Unesp: São Paulo, 2011.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX. 1941-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

KHOURY, Yara Maria. Edgard Leuenroth, anarquismo e as esquerdas no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. (Org.). **As esquerdas no Brasil: A formação das tradições (1889-1945).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. V. I, p. 113-130.

MILZA, Pierre. **Mussolini.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **Anarquismos, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936).** Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

PARIS, Robert. **As origens do fascismo.** Tradução de Elisabete Perez. São Paulo: Perspectiva, 1993.

RODRIGUES, Edgard. **História do movimento anarquista no Brasil.** São Paulo: Ateneu Diego Giménez, 2010.

ROMANI, Carlo. **Oreste Ristori. Uma aventura anarquista.** São Paulo: Annablume, 2002.

SACCOMANI, Edda. Fascismo. In: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

SAMIS, Alexandre. Pavilhão negro sobre pátria oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil. In: COLOMBO, Eduardo; COLSON, D. et al. **História do movimento operário revolucionário**. São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, Observatório de Políticas Sociais, 2004.

SANTOS, Viviane **Teresinha dos. Italianos sob a mira da polícia política: Vigilância e repressão no Estado de São Paulo (1924-1945)**. São Paulo: Humanitas, 2009.

TOLEDO, Edilene. **Travessias revolucionárias: idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)**. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico. Um século de imigração italiana ao Brasil**. São Paulo: Nobel, 1989.

¹ De acordo com Hobsbawm, “à exceção da Rússia soviética, todos os regimes que emergiram da Primeira Guerra Mundial, novos e velhos, eram basicamente regimes parlamentares representativos e eleitos (...). A Europa, a oeste da fronteira soviética, consistia inteiramente nesses Estados em 1920” (2014, p. 114). A América não foi um caso à parte, inclusive o Brasil, que a após a proclamação da República em 1889, adotou uma constituição em que a organização do Estado seria na forma de uma República federativa liberal, com forte inspiração no modelo norte-americano (FAUSTO, 1995, p. 249). Desta forma, é incontestável o avanço das instituições regidas por uma democracia liberal, desde meados do século XIX até às primeiras décadas do século XX, principalmente se for levado em conta o barbarismo provocado pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918) contribuinte desse avanço.

² Após a sua expulsão do PSI (Partido Socialista Italiano) e de sua demissão do cargo de editor chefe do jornal *Avanti!* (jornal do PSI), Mussolini passou a editar, em 1914, o jornal *Il Popolo d'Italia* pertencente ao movimento *Fasci d'azione rivoluzionaria* (criado por Mussolini e Alceste de Ambris em 1914) (PARIS, 1993, p. 62). Já em 2 de março de 1919, o periódico *Popolo d'Italia* convidou leitores, simpatizantes e amigos para se reunirem em Milão, no dia 23 do mesmo mês, para que aí se constituíssem os conhecidos *fasci di combattimento*. De acordo com o próprio Mussolini a respeito dessa reunião marcada, “em 23 de março não se fundará um partido mas dar-se-á impulso a um novo movimento”. Apesar disso, o encontro, segundo Robert Paris, foi modesto e passou quase que despercebido. Na ocasião, fundou-se o primeiro *fasci* (local de encontro dos integrantes filiados ao movimento), localizado em Milão” (1993, p. 65). Os primeiros *fasci* eram formados, em sua maioria, de antigos membros dos *Fasci d'azione rivoluzionaria*, de intervencionistas de esquerdas, anarquistas sindicalistas e republicanos, como Roberto Farinacci, e também composto por *arditi* demobilizados (tropas de assalto de elite do exército italiano na Primeira Guerra Mundial) alguns pertencentes ao *Popolo d'Italia*. Alguns futuristas também fizeram parte do movimento (1993, p. 65).

³ Em 9 de novembro de 1921, uma moção proclamou a constituição do PNF (Partito Nazionale Fascista), partido oriundo da reorganização dos *Fasci di Combattimento* em uma facção política que contava com o apoio não só da opinião pública italiana, mas, também, de grande parte dos católicos, fazendo com que Giolitti e toda a elite política da Itália percebessem que o grupo comandado por Benito Mussolini não era suscetível à domesticação (PARIS, 1993, p. 83). No entanto, a participação do partido no parlamento era inexpressiva em 1921. Já em 1922, quando as eleições parlamentares declararam uma vitória esmagadora do PNF, a emergência da crise de gabinete, e a resignação do Rei frente ao movimento fascista, levaram Luigi Facta (Primeiro Ministro) a renunciar ao cargo de premier italiano, abrindo espaço para que Mussolini assumisse o posto mais alto do Parlamento. A *via romana* para uma ditadura de extrema direita estava traçada. A Marcha sobre Roma, como ficou conhecida a ascensão de Mussolini e do fascismo ao poder, ocorreu no dia 29 de outubro de 1922. O líder do movimento fascista partiu de Nápoles em direção a Milão, onde tomou posse do cargo de primeiro-ministro; a data ficou conhecida como marcha, porque, apesar de Mussolini ter chegado a Milão em um trem noturno, seus partidários e simpatizantes fascistas de fato marcharam rumo à capital do país para celebrar a conquista do poder pelo PNF.

⁴ GRIMAL, Pierre. História de Roma. Editora Unesp: São Paulo, 2011.

⁵ Segundo Carlo Romani, as correntes anarquistas dividem-se, a grosso modo, em individualistas e associacionistas. Segundo o autor, “os primeiros, genericamente, rejeitavam toda e qualquer forma de organização política como instrumento de ação”. Enquanto que os segundos entendiam ser crucial “a existência de uma estrutura organizativa mínima dentro da sociedade, sem que esta implicasse em relações de autoridade e hierarquia” (2002, p. 40-42).

⁶ Sobre o sindicalismo revolucionário: A ideia fundamental do movimento era reunir todos os trabalhadores em sindicatos organizados por categoria, independentemente de correntes políticas, para fomentar a resistência ao capitalismo. Essa proposta base foi fundamentada a partir da Carta produzida pelo 9º Congresso da CGT, em 1906, na cidade de Amiens. Em síntese, o sindicalismo revolucionário consistia em congregar todos os trabalhadores, independentemente da visão política e religiosa, uma vez que tais elementos:“(…) seriam dispersantes, contrários à união necessária e comprometiam o próprio caráter revolucionário que os trabalhadores sindicalizados poderiam desenvolver. Por esse motivo, o sindicalismo revolucionário não admitia nenhuma corrente política ou religiosa como a corrente oficial do sindicato, incluindo o anarquismo” (OLIVEIRA, 2009, p. 61).

⁷ O início da República, com o crescimento da malha urbana e da população nas cidades, marcou as primeiras reivindicações operárias as quais ganhavam expressão sem precedentes. Segundo Alexandre Samis, apesar do crescimento industrial das duas maiores capitais brasileiras, em oposição a essa euforia empresarial estavam as condições do operariado marcadas por denúncias de jornadas “extenuantes nas fábricas, associadas à utilização de mão de obra infantil e feminina, subassalariadas e expostas a instalações insalubres” (2004, p. 134).

⁸ As condições limites em que se encontrava o operariado, acrescidas de uma politização trazida por ventos que sopravam da Europa, como analisado anteriormente, desencadearam uma série de organizações que buscavam melhores condições de trabalho. Já no ano de 1903, no estado do Rio de Janeiro, surgiria a Federação das Associações de Classe, com base no modelo da CGT francesa, que, posteriormente, foi transferida para a Capital Federal, passando a se chamar de Federação Operária Regional Brasileira, em 1906. Em São Paulo, no ano de 1905, as categorias dos sapateiros, padeiros, marceneiros e chapeleiros reuniram-se em torno da Federação Operária de São Paulo (FOSP). Neste mesmo ano, no Rio de Janeiro, era criada a Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ) (SAMIS, 2004, p. 134 e ROMANI, 2002, p. 170).

⁹ **A Plebe**

Em março de 1901, em São Paulo, começou a circular o jornal anticlerical e libertário A Lanterna sob a direção de Benjamin Motta. Porém, a veiculação foi interrompida em 1905. No dia 17 de outubro de 1909, agora sobre a direção de Edgard Leuenroth, o periódico recomeçou e durou até 1916. A figura de Edgar Leuenroth, de certa forma, confunde-se com a história do movimento operário da primeira República. Edgar nasceu no interior paulista em 1881, e teve seus estudos interrompidos tendo sido obrigado a trabalhar desde muito cedo. Tornou-se trabalhador gráfico, atuou como jornalista e arquivista do movimento operário, sendo responsável por fundar vários periódicos operários. Nosso ilustre militante atingiu uma significativa expressão dentro da formulação do movimento operário paulista. Assim, Leuenroth inseriu-se neste campo jornalístico onde participou de uma imbricada rede de relações entre jornalistas e militantes do eixo de São Paulo-Rio de Janeiro (KHOURY, 2007, p. 116-120). Em 1917, Leuenroth passou a editar o periódico A Plebe, tornando-se um importante veículo de comunicação do movimento anarcossindicalista de São Paulo, afirmando ser a continuação do periódico A Lanterna em 1916. Durante todo o período de sua existência, posicionava-se como um jornal dedicado à luta dos trabalhadores contra a opressão e a miséria, assumindo o papel de instrumento de luta do movimento grevista. Edgard Leuenroth, no ciclo greves em 1917 foi preso sobre o argumento de incitar os operários. Em 1918 foi solto e A Plebe volta a circular em 1919 (KHOURY, 1997, p. 13). O jornal A Plebe contou, também, com a colaboração de Astrojildo Pereira e José Oiticica que atuavam no Rio de Janeiro. Em outubro de 1919, no episódio que já relatamos, as oficinas da A Plebe foram novamente empasteladas por policiais e estudantes na onda repressiva que se sucedeu às fortes greves daquele ano.

¹⁰ **Spártacus**

O jornal Spártacus surgiu para substituir o periódico a Voz do Povo, do Rio de Janeiro, após passar por crises financeiras. O jornal passou a ser editado sob a direção do anarquista José Oiticica, em 2 de agosto de 1919 (ao todo foram publicados 24 números; alguns chegaram a ser apreendido pela polícia), e contou com ajuda de Astrojildo Pereira, antes da sua transição para o comunismo em 1922 (RODRIGUES, 2010, p. 26). O professor José Oiticica – como era conhecido por ter lecionado no colégio Pedro II – foi um dos mais famosos anarquistas brasileiros, atingindo até reconhecimento internacional. Mineiro de nascimento, no de 1882, numa família também ligada à política, obtendo uma boa formação que o conduziu até o curso superior (SAMIS, 2004, p. 130-136). Oiticica participou e foi preso em razão da insurreição anarquista do Rio de Janeiro em 1918. Em liberdade, voltou à capital em 1919, onde participou da composição do jornal Spártacus. (SAMIS, 2004, p. 130-136). A historiografia aponta que, em 1919, os anarquistas ansiavam pela formação de um órgão que respondessem às demandas do período. Foi nesse contexto que os anarquistas fundaram um Partido Comunista de inspiração libertária. José Oiticica e outros anarquistas que fizeram parte deste PCB libertário, entendiam que

era necessário um núcleo político que pudesse encaminhar as ações anarquistas nos diversos setores da sociedade (SAMIS, 2004; OLIVEIRA, 2009 e RODRIGUES, 2010). Essa energia surgiu em decorrência da Revolução Russa que teve forte impacto no país, ao criar entre os anarquistas brasileiros uma expectativa de que a luta por direitos e conquistas mais imediatas pudesse ser convertida em uma luta efetivamente revolucionária. É cediço falar que os anarquistas brasileiros, tais quais em muitas outras partes do mundo (na Argentina, por exemplo), vivenciaram entre 1917 e 1920 um estado de certa confusão ideológica ao avaliarem a Revolução Russa como uma revolução libertária (OLIVEIRA, 2009, p. 128). De certa maneira, no Brasil especificamente, a posição dos anarquistas até o fim de 1921 saiu em defesa da Revolução Russa, uma vez que a revolução havia tornado uma prova da viabilidade da revolução social. Foi diante dessa premissa que os anarquistas vislumbravam, tal qual supostamente ocorrido na Rússia, a constituição de uma aglutinação (coalizão) de todas as outras correntes políticas que se diziam propugnadoras de uma nova sociedade (ver: ROMANI, 2002, p. 236-237). A confusão ideológica foi tamanha, que passou a ser comum encontrar publicações do Spátacus fazendo referências a Karl Marx, a ditadura do proletariado, além da transcrição de textos de Lenin e Trotsky como se fossem aliados dos anarquistas. Na Rússia nunca “houve de fato uma maximização das forças” (ROMANI, 2002). Desde a I AIT (Associação Internacional do Trabalho) os libertários romperam com Marx e os marxistas.

¹¹ Apesar de reconhecermos a importância dos trabalhos de Emilio Gentile (2002) e de Renzo De Felice (1978), consideramos que os autores acima trabalharam o conceito político de fascismo de modo adequado a esta pesquisa. Portanto, são esses os elementos que serviram de norte durante a análise das fontes quanto à definição do termo fascismo.

¹² Alguns exemplos: *Spártacus*, Rio de Janeiro, 23 de Outubro de 1919, Ano I, n. 13, p. 2 - *A Revolução Social na Itália*; 15 de Novembro de 1919, Ano I, n.16, p. 4 - *A Revolução Italiana em marcha*; e 6 de Dezembro de 1919, Ano I, n. 19, p. 4 - *A Itália em Marcha para a revolução social*.

¹³ Neste sentido, basta lembrar os ensinamentos de Edda Saccomani (já citado) sobre o que seria o fascismo: “é caracterizado: (...); por uma ideologia fundada no culto do chefe, na exaltação da coletividade nacional, no desprezo dos valores do individualismo liberal e no ideal da colaboração de classes, em oposição frontal ao socialismo e ao comunismo (...); pela mobilização das massas e pelo seu enquadramento em organizações tendentes a uma socialização política planejada, funcional ao regime; pelo aniquilamento das oposições, mediante o uso da violência e do terror; por um aparelho de propaganda baseado no controle das informações e dos meios de comunicação de massa; por um crescente dirigismo estatal no âmbito de uma economia que continua a ser, fundamentalmente, de tipo privado; pela tentativa de integrar nas estruturas de controle do partido ou do Estado, de acordo com uma lógica totalitária, a totalidade das relações econômicas, sociais, políticas e culturais” (2000, p. 466).

¹⁴ Diante da organização do operariado, não tardou para que o governo, preocupado com a crescente ação dos revolucionários no movimento social, delineasse uma tímida iniciativa de uma legislação trabalhista. Assim, em 1903 foram editadas normas com o fito de regulamentar os sindicatos do setor econômico rural, o que, posteriormente, em 1907, aconteceu com as classes relacionadas ao trabalho urbano. Da mesma forma, de autoria do deputado Adolfo Gordo, uma lei de deportação foi elaborada, no ano de 1907, que atingiria, em geral, imigrantes e, particularmente, os anarquistas (SAMIS, 2004, p. 137).

¹⁵ Refiro-me ao avanço do fascismo de Mussolini, onde o Mundo observou a retirada de cena de forma “acelerada e cada vez mais catastrófica das instituições políticas liberais” (HOBBSAWM, 2014, p. 115). De uma maneira geral, entre 1918 e 1920, os órgãos legislativos das Repúblicas liberais europeias foram dissolvidos ou se tornaram ineficazes, tanto na Itália quanto na Alemanha. Assim, segundo Hannah Arendt, após a Primeira Guerra Mundial, uma “onda antidemocrática e pró-ditatorial de movimentos totalitários e semitotalitários varreu a Europa: da Itália disseminaram-se movimentos fascistas para quase todos os países da Europa central e oriental” (2013, p. 437).

Artículo recebido: 13 de marzo de 2016

Artículo aprobado: julio 2016

Publicado: Diciembre 2016